

A influência do marxismo no movimento estudantil (1960)

Jordana de Souza Santos

Como citar: SANTOS, J. de S. A influência do marxismo no movimento estudantil (1960). *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 289-291.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p289-291>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A influência do marxismo no movimento estudantil (1960)

Jordana de Souza Santos*

Este trabalho pretende analisar o desenvolvimento do marxismo entre os estudantes nos anos 60 e verificar quais as influências desta corrente teórica na atuação dos mesmos frente ao regime militar.

Foi nos anos 50 que o marxismo adentrou a universidade deixando de restringir-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao movimento operário. Os cursos de humanidades passaram a atrair os estudantes devido à agitação política e social dos anos seguintes. O avanço das lutas sociais nos anos 60 trouxe também o avanço dos ideais marxistas. A classe trabalhadora tinha sofrido várias mudanças e os filhos de operários também passaram a freqüentar a universidade apesar de ainda serem minoria. Em meio a essas mudanças, propunha-se uma revisão das formas de combate à repressão que agregou muitos estudantes descontentes com os rumos que os comunistas, que eram o maior partido marxista na época, estavam tomando na condução do movimento revolucionário.

O PCB possuía muitos militantes no Movimento Estudantil. Porém, a derrota ao golpe de 1964 resultou em várias cisões para este partido que não conseguiu recuperar a hegemonia entre os revolucionários. Estas cisões como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Aliança Libertadora Nacional (ALN) – juntamente com outras organizações como a Ação Popular (AP) e a POLOP que não eram cisões comunistas - formaram o que chamamos de Nova Esquerda ou Esquerda Revolucionária. Os ideais desta “nova” esquerda eram contrários aos do PCB que pregava o caminho pacífico à revolução, a idéia de revolução em etapas, seguindo o modelo marxista soviético. Estas discordâncias entre os novos grupos formados e o Partido se agravaram após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, quando foram denunciados por Nikita Kruchev os crimes de Stálin. Após este acontecimento, o PCB formulou um documento intitulado Declaração de Março de 1958 tentando amenizar os efeitos negativos da repercussão de tal congresso. Porém, este documento possuía um caráter conservador em alguns pontos e não demonstrava inovações quanto às influências do PC soviético, como a política de coexistência pacífica. A Nova Esquerda afirmava que somente pelo viés armado é que se conseguiria chegar à revolução e as novas referências, os novos modelos a serem seguidos seriam o da Revolução Cubana e da Revolução Cultural Chinesa.

Dentro do ME também surgiram as Dissidências Comunistas Estudantis representativas em cada estado e que se enquadravam nos moldes da Esquerda Revolucionária. As Dissidências que se destacaram neste período foi a DI-SP e a DI-GB. A DI-SP tinha como líder José

* Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Universidade Estadual Paulista – Unesp-Marília. jordana@marilia.unesp.br

Dirceu, presidente da UEE-SP e no comando da DI-GB estava Vladimir Palmeira da UME-RJ. Estas duas dissidências disputavam a hegemonia no ME com a AP que possuía maior número de militantes no movimento. Os embates teóricos entre estes grupos dividiram o ME em duas posições em 1968, de acordo com nossos autores. A AP defendia o engajamento dos estudantes na luta de todo povo atribuindo-lhe um papel maior no contexto revolucionário; as DIs reivindicavam que as pautas estudantis deveriam estar em primeiro plano e que o ME apoiaria as causas populares, mas sem tomar o papel de vanguarda. Estas divergências, de certo modo, enfraqueceram a organização do ME apesar de enriquecerem o debate. Em 1968, estava marcado o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Este evento foi fortemente reprimido: os líderes estudantis foram presos (entre eles, José Dirceu e Vladimir Palmeira) e o movimento se desarticulou, sendo a UNE extinta algum tempo depois.

No período anterior a 1968, as influências teóricas entre a AP e as DIs não refletiam muitas divergências; a raiz destas estava nos modos de ação. Com a promulgação do AI-5 e o fim das poucas liberdades que ainda restavam, o ME sofreu uma radicalização em que os ideais de luta armada começaram a se tornar presentes em suas investidas contra a ditadura. A Batalha da Rua Maria Antonia mostra que a ALN auxiliou militarmente os estudantes da USP no enfrentamento contra os estudantes do Mackenzie. Depois deste episódio e do fracasso do Congresso de Ibiúna, os estudantes deixaram o ME para militar nas organizações armadas clandestinas; a AP se aproximaria do PC do B, a DI-SP se fundiria com a ALN e a DI-GB assumiria o nome MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

Embora a AP e as DIs tenham conseguido maior expressão entre os estudantes, o PC do B, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e a POLOP também possuíam alguns quadros no ME. As posições da POLOP se aproximavam do guevarismo e das concepções das DIs, tanto que a DI-GB assumiu essas influências teóricas ao tornar-se MR-8 concebendo o caráter da revolução imediatamente socialista. Já o PC do B atraiu os militantes da AP quando esta adotou a vertente maoísta.

Dentre as vertentes teóricas, o foquismo e o maoísmo nortearam os horizontes revolucionários nos anos 60, bem como a concepção de guerrilha urbana e rural. Através da guerrilha os revolucionários seriam treinados para luta armada. Seria realizado também um processo de educação da população trabalhadora (camponeses e operários) que receberia orientações para a revolução. No entanto, os militantes também precisavam criar uma consciência revolucionária, pois pertenciam à pequena-burguesia e, de acordo com estas organizações, isso era uma limitação, um "defeito" que seria sanado com o processo de integração na produção. Este processo era conhecido também como processo de proletarianização e consistia no envio dos militantes para o campo ou para as fábricas a fim de que trabalhassem com os operários e camponeses. Mas isto não trouxe bons resultados uma vez que sendo a maioria dos militantes composta por estudantes e intelectuais que nunca haviam se exposto ao trabalho pesado, houve um desgaste muito grande que abalou as estruturas do movimento terminando em fracasso. Além do que o propósito de atingir as classes trabalhadoras não foi concretizado, pois os trabalhadores não concebiam a idéia de que um estudante, muito mais novo pudesse lhe "educar" ou "ditar as regras".

Nossa hipótese refere-se ao fato de que embora o Movimento Estudantil e os demais militantes da Nova Esquerda tivessem a pretensão de chegar às camadas populares, isso não aconteceu.

Havia certa dificuldade entre esses jovens intelectuais de estabelecer contatos com o povo colocando em prática o marxismo sem banalizá-lo. O processo de proletarização não conseguiu solucionar este problema evidenciando ainda mais a distância que realmente existia entre os partidos e a população trabalhadora. Havia uma carência também na interpretação dos modelos revolucionários. Autores como Jacob Gorender fazem referência ao chamado espontaneísmo de esquerda que é justamente a simples transposição de modelos estrangeiros sem uma análise detida das condições da situação revolucionária no Brasil. A maior parte dos grupos que formavam a Esquerda Revolucionária não havia se desvinculado totalmente dos ideais pecebistas. O etapismo da revolução permaneceria porque, de certa forma, esses grupos tinham dificuldade em elaborar novas teorias para a revolução. Além disso, o maoísmo, por exemplo, concebia também a revolução em etapas diferindo do PCB apenas em relação a quais seriam essas etapas.

Com relação ao Movimento Estudantil, levantamos a seguinte questão: as divergências entre os grupos atuantes no movimento prejudicaram suas ações de enfrentamento à ditadura militar?

O nosso objetivo, portanto é acompanhar o desenvolvimento do marxismo no ME identificando as diversas influências de partidos e ideais. Nossa metodologia consiste na leitura bibliográfica sobre o tema, bem como análise de documentos da época. Cogitamos também a hipótese de entrevistas a ex-líderes estudantis para maior compreensão sobre o período e o tema estudado. Esta pesquisa é importante para a Academia na medida que seus desdobramentos são recentes e o ME é participante ativo dos acontecimentos atuais como a ocupação da USP no primeiro semestre deste ano. Assim, nosso estudo ajudará a entendermos esses desdobramentos e verificar se o marxismo possui ainda influência considerável entre os estudantes.

REFERÊNCIAS

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed., São Paulo. Editora Ática, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: HOBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. vol. 11.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-68*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; Ferreira de Sá, Jair (Orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Ed: Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. Inclui ensaio fotográfico de Pedro Moraes.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência; Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil – Campinas*, SP: Editora da Unicamp, 1999.